

PENITÊNCIA: MORTE ANTES DA MORTE E PURGATÓRIO ANTECIPADO

Penance: Death before Death and Purgatory in Advance

Felipe de Azevedo Ramos, EP¹

Resumo

O presente artigo busca desvelar o sentido mais profundo da penitência. Para tanto, considera a necessidade de o homem meditar nos seus novíssimos (morte, juízo, inferno e Paraíso) e adequar a própria vida a sua finalidade, pois o destino eterno depende das ações praticadas nesta terra. Ora, “não há homem que não peque” (Eccl 7,21), logo, todo homem precisa da penitência, a “morte antes da morte”, que não só expia o pecado, mas também fortalece a alma para os embates cotidianos e, em especial, para os dos momentos derradeiros de nossa vida.

Palavras-chave: novíssimos, eternidade, finalidade do homem, Purgatório, penitência

Abstract

This article seeks to reveal the deeper meaning of penance. To this end, it considers man's necessity to meditate on the last things (death, judgment, heaven and hell) and to make his own life correspond to his final end, for his eternal destiny will depend on the actions practiced during life on earth. Now, “there is no just man [...] who sinneth not” (Eccl 7:21). Therefore, every man needs penance, the “death before death”, which not only atones for sin, but also strengthens the soul for daily struggles and particularly for the last moments of life.

Keywords: last things, eternity, final end of man, purgatory, penance.

Introdução

O tema do sofrimento foi constantemente objeto de reflexão de filósofos e escritores de todos os tempos. Por certo, ao longo de sua vida, o homem terá que lidar, mais cedo ou mais tarde, com essa questão crucial. Afinal, haveria algum sentido no sofrimento? Ou ainda: por que Deus permite tanto sofrimento?

1) Mestre e Doutor em Filosofia pela Pontifícia Università San Tommaso d'Aquino (Angelicum, Roma), com pós-graduação em Estudos Medievais (Diplôme Européen d'Études Médiévales – FIDEM) e professor no IFAT.

Pois bem, se o sofrimento, para muitos, não tem qualquer sentido, ou melhor, deveria ser repellido de todas as formas possíveis, a autopenalização pela penitência seria vácuca ou inútil. Afinal, quem quereria livremente sofrer?

Para compreender se, de fato, a penitência teria algum significado mais profundo, vale a pena analisar o próprio sentido da vida, começando por uma reflexão sobre os novíssimos do homem (morte, juízo, inferno, Paraíso). Julgando o que acontecerá nos últimos momentos da vida, poderemos finalmente aceder à razão própria da penitência.

Para isso, seria preciso tratar propriamente sobre a finalidade do homem. Se de fato a penitência tem algum sentido, este deve estar enraizado nos fins para os quais cada um de nós fomos criados. Logo, convém perguntar se de fato fomos criados para alcançar a felicidade. Se é assim, qual seria o sentido da penitência? Não haveria aí uma contradição entre a dor infligida e a bem-aventurança que desejamos?

Nessa esteira, é útil reavaliar a questão dos novíssimos e se eventualmente a penitência possui um sentido de purificação ou algo semelhante. A penitência poderia ser entendida como análoga a um Purgatório antecipado? Em outras palavras, podemos abreviar ou mesmo evitar o Purgatório *post mortem* pela penitência?

Partindo desses preâmbulos, a última parte pretende tratar de modo sintético e específico sobre a penitência enquanto virtude no âmbito cristão, sua originalidade, sua amplitude e seus efeitos benéficos.

1. Novíssimos

O livro do Eclesiástico recorda de modo emblemático a importância de se refletir sobre os novíssimos: “Em todas as tuas obras, lembra-te dos teus novíssimos e jamais pecarás” (Eclo 7,36).

Ora, o que isso significa? Note-se antes de tudo que o aforisma possui dois detalhes bastante significativos. Primeiramente, a meditação sobre os novíssimos há de ocorrer em *todas* as nossas ações. Ou seja, não se trata aqui de um ato meramente especulativo (intelectual), mas também prático (na ação) e de modo generalizado. Em segundo lugar, a passagem bíblica ensina que a vida eterna pertence apenas àqueles que meditarem sobre os novíssimos ainda nesta terra. A razão é muito simples: precisamente porque tal meditação evita o pecado, maior obstáculo para a salvação. Ora, isso considerado, pode-se inferir que existe um caráter dissuasório na exortação

bíblica supramencionada. Em outras palavras, recordar a existência de uma pena futura evita a causa de sua imputação (no caso, o pecado). De fato, boa parte dos crimes públicos são evitados pelo temor da punição (como a multa ou a detenção). Destarte, isso ocorre de modo análogo com nosso destino eterno: muitos evitam o cárcere perpétuo – i.e., o inferno – pelo temor dele. Em contrapartida, o amor e o desejo pelo Céu trazem conforto à alma, ao fomentar a virtude da esperança. Portanto, é possível pleitear com essa premissa que a esperança da vida eterna também salvou inúmeras almas.

Mas, quando se deve realizar essa meditação? A meditação sobre os novíssimos só é possível, por óbvio, durante nossa existência terrena, pois, após a morte, já temos o nosso destino eterno decidido (Céu ou inferno). No Céu, a virtude da fé se transformará em visão (beatífica) e a esperança em posse (dos bens eternos). Portanto, na bem-aventurança, já não há mais necessidade de tal reflexão como cá na terra. Em contrapartida, no bátrio eterno, a vontade estará coactada perpetuamente no mal, sem qualquer possibilidade de esperança. Não por menos que Dante imagina que o pórtico de entrada do inferno possuiria a seguinte inscrição: “Deixai toda esperança, vós que aqui entrais!”.² De fato, a alma acorrentada ao mal nada mais pode esperar.

E no Purgatório? Sob certo ponto de vista, nesse lugar de purgação existe algum elemento de “meditação” ou desejo do Céu, pois a alma, estando em graça, anseia, por intermédio das virtudes teológicas (fé, esperança e caridade), o anelado encontro com Deus na bem-aventurança. O próprio sofrimento purgativo é suavizado pela esperança de se encontrar com Deus no Céu e pela alegria de conhecer que a salvação está garantida e que o fim do exílio se aproxima.³ Dessa forma, no Purgatório, a esperança é, por assim dizer, o combustível da alma sedenta de redenção.

E hoje, como ocorre tal meditação sobre os novíssimos? Na realidade, o homem hodierno tende a elucubrar muito facilmente sobre o seu futuro, sobre a sua carreira, sobre seus projetos de vida etc. Mas, e a disposição para a vida a eterna? A *Imitação de Cristo* nos ensina lapidarmente: “O homem

2) DANTE ALIGHIERI. *Divina Comédia*: Inferno, canto III, 9: “Lasciate ogni speranza, voi ch’entrate!” (ed. Italo Eugenio Mauro. 5ª. ed. São Paulo: Ed. 34, 2019, p. 37).

3) Cf. ROBERTO BELARMINO. *De purgatorio*, cap. XIV, apud GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade*. A vida eterna e a profundidade da alma. [*L'éternelle vie et la profondeur de l'âme*]. Trad. José Eduardo C. de B. Carneiro. Ecclesiae: Campinas-SP, 2018, p. 193.

propõe, mas Deus dispõe” (*homo proponit, sed Deus disponit*).⁴ Na realidade, o homem hodierno, *grosso modo*, deita pouca atenção às vias que conduzem à salvação, em particular, às veredas propostas pelo próprio Deus. Por vezes, sequer pensa no porvir, por querer satisfazer meramente os prazeres e necessidades do aqui e agora (*hic et nunc*). Contudo, é nessa meditação sobre os novísimos que encontramos aquilo que o psiquiatra austríaco Viktor Frankl (1905-1997) denominava “sentido da vida”. Na realidade, a razão última de viver só faz realmente sentido se existe uma vida após a morte. Se a razão última fosse passageira, não teria assim fundamento.

Ademais, os novísimos são, por definição, indispensáveis para os seres humanos: meditar sobre a morte, porque todos morrerão (*memento mori*); meditar sobre o juízo, porque somos responsáveis por cada uma de nossas obras; meditar sobre o inferno e o Paraíso, porquanto nosso destino eterno dependerá dessas mesmas obras.

Como sabemos, o vocábulo “novíssimo” significa aquilo que sucede por último em nossa vida, ou melhor, ao *fim* dela. Ora, assim como a eficiência de qualquer objeto deve ser julgada de acordo com a sua finalidade (uma mesa é boa, na medida que me serve bem como mesa), assim também o homem cumprirá com a sua *finalidade* na medida em que conduzir a sua vida de acordo com o fim último. Ou seja, nossa *finalidade* é medida propriamente pelo *fim*. Nessa linha, ensina o Catecismo básico: a finalidade do homem é conhecer, amar e servir a Deus e, mediante isso, salvar a própria alma (nossa finalidade é, paradoxalmente, o fim sem fim). Esse deve ser, pois, o sentido da vida de um cristão. Portanto, para compreender bem os novísimos, é mister compreender também a finalidade do homem.

2. Finalidade do homem

Certa vez, um jovem estudante chamado Francesco Spazzara se apresentou a São Filipe Neri (1515-1595) para implorar socorro em suas atribulações. O santo italiano logo lhe indagou: – O que queres fazer da vida? – Serei *advogado*, respondeu Francesco. – E depois? – Ora, a eloquência me trará muito *dinheiro*, continuou ele ingenuamente. – E depois? – Depois, com

4) Cf. THOMAS A KEMPIS. *De imitatione Christi libri quatuor*, I, 19, 2 (novis curis edidit et ad fidem codicis aronensis recognovit Petrus Eduardus Puyol. Lutetiae Parisiorum, Retaux-Bray, 1886, p. 49). Cf. etiam: Pr 16,9.

muito dinheiro, me aposentarei e *viverei comodamente*. – E depois? – Bem... e depois morremos. – E depois...? Esse paradoxo do intérmino “depois” trouxe a conversão daquele “moço rico”, pois percebeu que a vida sem um *fim* não tem sentido. Na prática, ele meditou instantaneamente sobre os novíssimos e descobriu que o *sentido da vida* não poderia se limitar a algo efêmero (prazeres, honra, bens...). Destarte, a finalidade do homem não pode ser passageira, visto que o passageiro, por definição, não pode ser fim (ele passa...). Similarmente, Sócrates, quando sustentava que uma vida irrefletida não vale a pena ser vivida, no fundo intuía a necessidade da meditação sobre os novíssimos. Na realidade, o “homem bom”, cuja vida “deu certo”, independentemente dos dissabores dela, é o homem virtuoso.

Pois bem, qual é a raiz dessa finalidade? Como sabemos, o ser humano se distingue dos demais seres pela racionalidade (e o conseqüente domínio de seus atos). “Ser racional” é a própria definição do homem (animal racional). Pois bem, sendo assim, é por essa característica distintiva que cumprirá a sua finalidade. É próprio do homem, comenta São Tomás de Aquino, *agir em vista de um fim*.⁵ Nesses termos, o homem só será perfeitamente humano na medida em que adequar a sua vida à própria finalidade, de modo análogo a uma cadeira, que cumprirá com a sua finalidade na medida em que serve para a sua função. Em contrapartida, o homem se rebaixará, aproximando-se do nível dos animais, na medida em que utilizar inadequadamente a razão para alcançar o fim último (por exemplo, quando se concentra apenas em coisas sensíveis, como os prazeres da carne ou da mesa).

Ao contemplar a ordem dos seres, percebemos que eles se inclinam naturalmente à sua própria operação. Dessa forma, o Aquinate endossa Aristóteles ao sustentar que não só os seres inteligentes, mas toda a natureza age, de modo intrínseco, por um fim.⁶ Os pardais têm asas para voar, os peixes barbatanas para nadar, os guepardos têm patas ágeis para correr... Já o intelecto humano, por ser o elemento distintivo do homem, é aquilo que mais o caracteriza (diferença específica). Ou seja, de sua característica inclinação decorre a ação própria que se desprende, a saber, “conhecer” (a verdade). Como corolário, conclui-se que nisso consiste a perfeição do homem, ou seja, unir a sua inteligência ao conhecimento.

Mas o que conhecer? Certamente a verdade, antes, a Verdade por essência. Ora, nesse sentido, a função intelectual que se move para o Sumo Ser não

5) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I-II, q. 1, a. 1, s.c.

6) Cf. *ibid.*, I-II, q. 1, a. 2.

pode ser vã.⁷ Ou seja, precisa alcançar a sua completitude, caso contrário, tratar-se-ia de uma contradição com o seu próprio ser. Deus não criaria o homem dotado de inteligência apta a conhecer, sem que fosse possível esse mesmo conhecimento. Seria como se o homem fosse capaz de “criar” um gato inteligente e este se revoltasse contra o seu próprio “criador”. Portanto, é necessário que o homem se volte *ex natura* à causa final (o próprio Deus).

Nesse sentido, o homem possui o que os teólogos denominam de “desejo natural de Deus”, de acordo com o enunciado pelo salmo (42,1): “Como a corça bramindo por águas correntes, assim minha alma está bramindo por ti, ó meu Deus!”. Também nessa esteira, proclama Santo Agostinho: “Fizeste-nos para ti, e o nosso coração está inquieto enquanto não repousa em ti”.⁸ A alma está sedenta por Deus na medida em que busca naturalmente a verdade, a qual é alcançada plenamente na visão beatífica (além disso, no Céu, as almas sequer podem se equivocar). Por outro lado, o homem não pode viver de contrassensos, sob pena de ferir os próprios primeiros princípios do intelecto.

O homem, por sua vez, não cumpre com a sua finalidade enquanto a mente está empanada pelo pecado. Por isso, antes de tudo, a sua finalidade é alcançada quando se evita o pecado, isto é, quando se é bom na plenitude do termo, ou seja, praticando de modo habitual as virtudes (em outras palavras: ao ser “santo”).

3. Felicidade, caridade e destino eterno

Como se argumentou, a finalidade diz respeito a uma espécie de termo final, a uma “conclusão”. De fato, quando terminamos uma obra – um livro, uma construção, uma peça musical, etc. – sentimos uma sensação de alívio, porque tal empreendimento efetivamente “terminou”. Alcançamos nosso objetivo, pois não se pode multiplicar os fins *ad infinitum*.⁹ De modo análogo, quando completamos nossa finalidade enquanto seres humanos, também sentimos um gáudio ou um conforto, isto é, uma conseqüente *felicidade*. E essa busca pela vida feliz parece estar relacionada intimamente com as

7) Esse raciocínio se baseia, em certa medida, no comentário de São Tomás de Aquino à *Metafísica* de Aristóteles (*Sent. Met. I, lectio I*).

8) AUGUSTINUS HIPONENSIS [Santo Agostinho]. *Confessionum libri XIII*, I, 1 (CCL 27, 1: 6-7): “Fecisti nos ad te et inquietum est cor nostrum donec requiescat in te”.

9) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I-II, q. a. 4, co.

virtudes, em particular, com a caridade. Com efeito, muitas pessoas afirmam se sentir “realizadas” precisamente quando *realizam* o bem ao próximo.

A caridade é antes de tudo uma virtude teológica, baseada no Primeiro Mandamento e seu conseqüente desdobramento é: amar o próximo como a si mesmo (Mt 22,39). De fato, enquanto os bens materiais possuem limites impostos pela matéria – por exemplo, uma casa não pode ter infinitos proprietários e o compartilhamento dos bens materiais é limitado –, os bens espirituais podem ser conquistados e distribuídos *ad infinitum* pela caridade. Assim, quando o pão se torna mais do que material, tocando na esfera sobrenatural, ele pode ser distribuído a multidões pela multiplicação, como o fez Jesus por um milagre. São Filipe Neri seguiu os passos do Divino Mestre, ao multiplicar a sopa para crianças desfavorecidas logo no início de sua vocação. A caridade, pois, se torna ilimitada, quando nutrida efetivamente pela graça. Caso contrário, fica circunscrita à pura filantropia.

Não é exagero sustentar que a vida de caridade já é, pois, a vida eterna começada; e a morte, o momento em que pendem duas eternidades (vida ou morte eternas).¹⁰ São Paulo recorda que a caridade jamais acabará (I Cor 13,8), pois a vida eterna se nutre propriamente dessa virtude.

O Ser por essência (Deus) pode ser infinitamente desejado e amado. Antes, a Suma Bondade deseja se comunicar a todos: *bonum diffusivum sui* (o bem é difusivo por si mesmo). Contudo, de nossa parte, considerando os limites impostos pela matéria (o corpo), somos incapazes de conhecer a Deus tal qual Ele é.

Em qualquer circunstância, porém, Deus é sumamente evidente em si mesmo, suma manifestação do ser; contudo, não em relação a nós, pois somos incapazes de abarcá-Lo por nossa imperfeição intelectual, mesmo na contemplação d’Ele face a face no Paraíso. Em outras palavras, a perfeição jamais pode ser alcançável pela (nossa) imperfeição. Isso se esteia na clássica analogia aristotélica: somos como que aves noturnas, cegas para a luz do Sol, constantemente a iluminar. Ou ainda, conforme o Apóstolo: “Agora vemos em espelho e de maneira confusa, mas, depois, veremos face a face” (I Cor 13,12).

A contemplação do esplendor divino é impedida ainda mais quando a alma está empanada pelo pecado, ao expulsar a graça e impedir o exercício das

10) Cf. VIEIRA, Antônio. *Sermão de quarta-feira de cinza*, em Roma, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, 15/2/1673, II. In: Idem. *Obra Completa*. José Eduardo Franco; Pedro Calafate (dir.). São Paulo: Loyola, 2015, v. 2, t. 2, p. 131.

virtudes teológicas infusas. Por isso, o referido desejo de ver a Deus começa *in hoc statu viae* (nesta vida, em estado de peregrino) e se completa na vida eterna, quando veremos a Deus tal qual Ele é (I Jo 3,2). Já o prêmio da eterna felicidade é diferente para cada um: “Na casa de meu Pai há muitas moradas” (Jo 14,2). Assim também a aversão a Deus começa nesta terra pelo pecado (no fundo, um desamor) e continuará nos réprobos por toda a eternidade no inferno, o lugar do desamor.

Enquanto que para o inferno se dirigem as almas empedernidas, que negaram o amor de Deus, para o Céu se dirigem aquelas em estado de graça no último momento de consciência nesta vida. Em suma, aquelas que amam a Deus sobre todas as coisas e o próximo como a si mesmas (Mt 22,34-40).

De fato, a Teologia ensina que os pecados graves não perdoados impedem a entrada no Céu. São Paulo é explícito em atestar que existem pecados que conduzem à morte eterna (por isso chamados de “mortais”): “Então não sabeis que os injustos não herdarão o Reino de Deus? Não vos iludais! Nem os impudicos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os depravados, nem os efeminados, nem os sodomitas, nem os ladrões, nem os avaros, nem os bêbados, nem os injuriosos herdarão o Reino de Deus” (I Cor 6,9-10; cf. etiam: Ef 5,5; Ap 22,15).

Mais especificamente, o inferno nada mais é do que a “segunda morte” (Ap 21,8), mas desta vez eterna: “Em seguida, dirá aos que estiverem à sua esquerda: ‘Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno preparado para o diabo e para os seus anjos’” (Mt 25,41). Em sentido contrário, sobre os bem-aventurados, a “segunda morte” não tem mais poder (Ap 20,6), precisamente porque nasceram “de novo”, na expressão de Jesus a Nicodemos (cf. Jo 3,3).

Ninguém nega que um dia nossa alma se separará inexoravelmente deste corpo mortal. Todos os homens passam pela morte. Pois bem, é precisamente no estado em que cada um se encontra no entardecer desta vida que será julgado individualmente. De modo mais específico, as almas serão julgadas segundo o amor (caridade), de acordo com a clássica expressão de São João da Cruz. Nossa conduta será julgada exatamente porque é passível de julgamento; já os animais, desprovidos de razão, não são passíveis de autojulgamento, pois são incapazes de atos morais bons ou maus, ou mesmo de atribuir valor subjetivo às realidades. Tampouco possuem sentimento de culpa ou remorso, próprio aos seres dotados de volição. Ademais, os animais são incapazes, por óbvio, de penitência com vistas à reparação. Por esse motivo, inexistente uma “salvação” para os animais irracionais (nem Céu nem inferno); suas almas (como princípio de vida) estão intrinsecamente ligadas

ao corpo, não realizando qualquer operação além dele (como o raciocínio, próprio dos homens).

A alma humana, por sua vez, realiza operações que superam os limites da matéria. Por exemplo, ela é capaz de refletir sobre si mesma, realizando um exame de consciência (e.g. em preparação para o sacramento da confissão), além de ser dotada da capacidade de universalizar conceitos (posso conhecer este livro concretamente, mas também a ideia de “livro” em si). A alma é, portanto, espiritual e de certo modo aberta a conhecer todas realidades possíveis de serem conhecidas. As próprias funções meramente sensíveis, como a imaginação, podem ser alargadas de modo como que ilimitado, pois a alma pode sempre conceber novos tipos de satisfação concupiscível. Pode ainda elucubrar incríveis perversidades morais, como as ignóbeis torturas infligidas aos cristãos durante as perseguições ou as impostas aos confinados nos campos de concentração controlados por governos ditatoriais. Nem se diga sobre as depravações oriundas da lascívia, que conduzem a pecados graves contra a virtude da castidade. A cada dia se inventam novos tipos de perversidade moral.

4. A vida começa com a morte

Cada um possui uma alma irrepetível, cujos reflexos nas ações concretas são variáveis *ad infinitum*. Por isso, cada um será julgado de modo individual. Nesses termos, é possível negar racionalmente a metempsicose (ou ainda, a reencarnação), pelo simples fato de que cada alma foi criada de modo inigualável para cada existência.

Além disso, se considerarmos o antigo adágio *talis vita finis ita* (tal a vida, tal a morte), de fato, morremos conforme a nossa vida foi vivida. O nosso *fim* será, por assim dizer, de acordo com os *meios*. Contudo, há exceções. Existem casos de pessoas honestas que ao final da vida acabaram por cair em desespero e morreram na impenitência final. Em contrapartida, há episódios de pecadores contumazes que obtiveram a conversão *in extremis*, ou seja, no próprio limiar da vida.

A conclusão de nossa existência é um assunto muito sério, pois, tradicionalmente, a impenitência final é reconhecida como um pecado contra o Espírito Santo, ou seja, imperdoável, seja neste mundo, seja no vindouro (i.e., no Purgatório – Lc 12,10). Essa aparente “injustiça” pode ser comparada a boa parte dos esportes. No tênis, por exemplo, nem sempre quem jogou melhor, quem fez maior número de pontos, vence a partida (não é raro, de fato,

acontecerem reviravoltas surpreendentes). De modo análogo, no xadrez não vence quem tem mais peças no tabuleiro, mas sim quem consegue submeter o rei inimigo ao xeque-mate.

De todos os modos, o caminho que trilhamos nesta vida depende de nossos atos. A virtude aperfeiçoa o homem e o inclina a agir bem; enquanto o vício o corrompe e o inclina para o mal. O homem vive de hábitos. Por exemplo, o bêbado inveterado terá mais dificuldade de abandonar o vício do que o bebericador fugaz. Hábito tem a ver com habitat/habitação, o que por natureza não é tão facilmente cambiável, à maneira da dificuldade que temos em nos mudar de residência. Infelizmente, o pecado arraigado é, pois, difícil de ser eliminado. Nisso o egoísmo joga um papel fundamental. Santo Agostinho proclamou: “Dois amores fizeram duas cidades: o amor de si até o desprezo de Deus – a terrestre; o amor de Deus até ao desprezo de si – a celeste”.¹¹ Com efeito, o maior inimigo de nossa salvação somos nós mesmos, ou seja, o nosso autoamor desregrado. Em sentido inverso, “se eu tenho caridade, cada próximo é outro eu: *Ut sint unum sicut unum sumus*”.¹²

A dificuldade de mudar de posição no fim da vida ocorre, portanto, devido aos hábitos. Os hábitos virtuosos criam raízes nas profundezas da alma em graça, enquanto que os hábitos maus – os vícios – embotam nossa inteligência, enfraquecem nossa vontade no bem, endurecendo-a na malícia. A alma em pecado tem o desejo do Céu ou o temor do inferno abrandados pela consciência entorpecida. O pecador, comenta São João, se torna propriamente escravo do pecado (Jo 8,34). Ora, a alforria dessa perversa escravidão só pode ser alcançada pela graça, por um dom gratuito de Deus (Ef 2,8). Destarte, quem nunca teve vida interior, o acostumado à impenitência e o pecador contumaz, dificilmente se converterão nos últimos lances da vida. Isso vale também para aqueles que reconhecem seus pecados, mas sempre adiam a conversão (contudo, a “partida” da vida pode terminar de improviso...).

A prorrogação intérmina da conversão conduz, aliás, a outro pecado grave, o da presunção de se salvar sem merecimento, um verdadeiro abuso da graça divina. Pois bem, os Padres da Igreja ameaçam essa classe de soberbos com a impenitência final. Sobre eles cunhou-se a expressão popular: “Após terem

11) AUGUSTINUS HIPPONENSIS [Santo Agostinho]. *De civitate Dei*, XIV, cap. 28 (CCL 48, 451:1-3): “Fecerunt itaque ciuitates duas amores duo, terrenam scilicet amor sui usque ad contemptum Dei, caelestem uero amor Dei usque ad contemptum sui”.

12) VIEIRA, Antônio. *Sermão de São Roque*, II, pregado na Casa Professa da Companhia de Jesus em Lisboa em 1642. In: ed. cit., v. 2, t. 11, p. 334.

abusado de muitas graças, foram surpreendidos pela morte”.¹³ Não é por menos que antigamente se rogava com insistência em orações imprecatórias: “Da morte repentina, livrai-me Senhor”.

Apesar de tudo, as conversões *in extremis* sempre podem ocorrer, como certa vez foi revelado a São João Maria Vianney, o Cura d’Ars (1786-1859). Uma de suas biografias recorda que lhe fora revelado que certo homem, que tinha saltado de uma ponte para se suicidar, obteve a conversão durante o trágico episódio, graças às orações de sua esposa e à intercessão da Santíssima Virgem. Fr. Garrigou-Lagrange, OP (1877-1964) recorda ainda uma pecadora pública que fora assassinada bradando o nome de Jesus ou um escritor licencioso que ao fim da vida pediu um padre para se confessar. “Um outro escritor francês, Adolphe Retté, pouco após sua conversão, sincera e profunda, ficou impressionado ao ver num Carmelo este letrado: ‘Rezai por aqueles que vão morrer durante a Missa a que vais assistir’”.¹⁴

Nem sempre as conversões acontecem no último lance da vida. Em certos casos, sem embargo, a conversão foi tão radical, que a mudança de conduta ocorre como que de modo instantâneo e cria raízes sólidas para toda a vida, desde que se afastem os obstáculos para a graça. Este foi o caso por exemplo de André Frossard (1915-1995), ateu convicto e inimigo da religião, ao entrar improvisadamente numa capela de Paris e contemplar o Santíssimo Sacramento exposto.¹⁵ Ou ainda, o do literato francês Paul Claudel (1868-1955), convertido na noite de Natal na Catedral de Notre-Dame de Paris: “Tive num relance o sentimento lancinante da inocência da eterna infância de Deus, uma revelação inefável”.¹⁶

Não obstante isso, as conversões de pecadores pertinazes são tão raras que a Igreja dedicou um dia litúrgico especial para a conversão do Apóstolo dos Gentios. Já os agostinianos comemoram o dia da conversão de seu pai Agostinho com uma festa própria. Nessa esteira, bela e cogente é frase do Pe. António Vieira (1608-1697) a esse respeito: “Saber morrer é a maior

13) GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade*. A vida eterna e a profundidade da alma. [L’*éternelle vie et la profondeur de l’âme*]. Trad. José Eduardo C. de B. Carneiro. Ecclesiae: Campinas-SP, 2018, p. 62.

14) GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade*. A vida eterna e a profundidade da alma. Op. cit., p. 65.

15) Cf. FROSSARD, André. *Deus em questões*. São Paulo: Quadrante, 1991, p. 32.

16) CLAUDEL, Paul. *Contacts et circonstances*. Paris: Gallimard, 1947, p. 14: “J’avais eu tout à coup, le sentiment déchirant de l’innocence de l’éternelle enfance de Dieu, une révélation ineffable”.

façanha”.¹⁷ Aprende-se a viver durante toda a vida, mas antes de tudo “a vida toda é um aprender a morrer”, observou ainda o filósofo cordovês Sêneca (4 a.C.-65 d.C.).¹⁸

Por tudo isso, pertence à índole cristã pedir a graça da boa morte e o dom da perseverança final, ou seja, o estado de graça no momento da morte. Na realidade, para o justo perseverar no bem, é necessário o auxílio especial da graça, pois, como alerta São Paulo, quem está de pé, cuide-se para não cair (Rm 14,4). E a queda pode ser literalmente muito pronunciada, ou seja, pode conduzir aos lugares bem inferiores, ou seja, ao inferno (conforme a própria etimologia).

Como se sabe, para conquistar o Céu, é necessário estar em estado de graça e em posse das virtudes infusas, de modo a nos tornarmos capazes e dignos do encontro com Deus e de seu sagrado convívio no Céu. Nada de impuro, como ocorria nos rituais da Antiga Lei, pode ser apresentado a Deus: a alma, portanto, deve estar incólume para esse sagrado e anelado encontro. Não é exagero afirmar que a vida da graça já é a vida eterna começada e a vida corrupta cá na terra, o inferno já começado.

O Céu e o inferno já estão de alguma maneira no meio de nós, pois a viagem para a eternidade já começou com o nosso nascimento e com a infusão da alma, que é eterna. Ora, assim como boa medida do sucesso de uma viagem depende de sua preparação, assim também, *mutatis mutandis*, ocorre com esta viagem, sem retorno, para a vida eterna. Afinal, o que é a vida senão um caminhar para a eternidade? O que é morrer senão entrar para a vida?¹⁹

Considerando que devemos meditar nos novíssimos, que a finalidade do homem consiste propriamente em unir sua alma a seu fim último (Deus) e que o pecado se cifra numa *aversio a Deo et conversio ad creaturas* (aversão a Deus e conversão às criaturas), como reparar nossas faltas e superá-las?

17) VIEIRA, António. *Sermão de Quarta-Feira de Cinza*, em Roma, na Igreja de S. António dos Portugueses, 15/2/1673, V. In: ed. cit., v. 2, t. 2, p. 133.

18) SÊNeca, Lúcio Aneu. *De brevitate vitae [Sobre a brevidade da vida]*, VII, 3-4 (ed. cit.): “Vivere tota vita descendum est et, quod magis fortasse miraberis, tota vita descendum est mori”.

19) Segundo a clássica frase de Santa Teresa do Menino Jesus: “Eu não morro, entro na vida” (*Carta*, 9 jun. 1897. In: THÉRÈSE DE L’ENFANT JÉSUS ET DE LA SAINTE-FACE, Sainte. *Lettres*. Edition intégrale. Paris, Cerf, 1977, p. 426): “Je ne meurs pas j’entre dans la vie”.

5. A purificação e o Purgatório

Como já se enfatizou, antes de nossa entrada para a eternidade seremos julgados de acordo com nossa vida terrena. Mais, seremos julgados não apenas segundo o amor, mas até mesmo como lidamos com todas as nossas paixões (*amor concupiscentiae*). Seremos julgados de acordo com o grau de purificação de nosso amor. Na realidade, costuma-se postular que as almas justas, mas não inteiramente purificadas, após a morte, dirigem-se naturalmente para o Purgatório, antes do sagrado banquete no Céu. Elas desejam *ex necessitate* se purgar das imperfeições para o anelado encontro com o Onipotente.

Ora, essa purgação já pode ser realizada nesta terra. Pois bem, um método muito eficaz para nossa purgação interior é suportar as dores nesta vida por amor a Deus. Por isso, afirma o poeta francês Alfred de Musset (1810-1857): “O homem é um aprendiz, a dor é seu mestre. E ninguém se conhece, até que tenha sofrido”.²⁰ Comenta ainda Fr. Garrigou-Lagrange: “A dor suportada cristãmente é muitíssimo útil. [...] A dor nos faz desejar a Deus, único que pode curar certas feridas do coração e único que pode fortificar e refazer as almas”.²¹ Esse é propriamente o “Purgatório antes da morte”: o das purificações passivas do sentido e do espírito.²² Nessa linha, ensinou Paul Claudel: “Poderoso é o sofrimento quando ele é tão voluntário quanto o pecado!”.²³ Ou seja, aceito tão facilmente quanto infelizmente acedemos aos vagalhões do pecado.

Assim como podemos afirmar que as portas do Céu e as portas do inferno começam a ser abertas ou fechadas já nesta terra, assim também podemos conceber um “purgatório antecipado”, uma dilação do caminho para o Céu, com vistas a prepararmos-nos para ele... Ora, tal purgatório antecipado é extremamente salutar para alcançar a plena santidade, através dos méritos adquiridos (vale reforçar: após a morte já não mais haverá essa possibilidade, nem sequer no Purgatório).²⁴ Portanto, o Purgatório *post mortem* não pode ser

20) Apud GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade*. A vida eterna e a profundidade da alma. Op. cit., p. 47.

21) Ibid.

22) Ibid., p. 49.

23) CLAUDEL, Paul. *L'Annonce faite à Marie*, acte III, scène II, (ed. Sells; Girdlestone, Cambridge: CUP, 1943, p. 75): “Puissante est la souffrance quand elle est aussi volontaire que le péché!”.

24) Segundo a opinião tradicional, por exemplo, de Caietano. Cf. MICHAEL, Pierre. Purgatoire. In: VACANT, A. et al. *Dictionnaire de théologie catholique*. Paris 1903-1950, v. 13.1, c. 1272.

considerado uma segunda chance, ou uma espécie de “prova de recuperação” desta “escola terrena”, pois somos julgados apenas uma vez. Após a morte, já não há tribunal de segunda instância ou revisão de sentença, como em legislações seculares. Por isso, faz muito sentido oferecer os próprios sofrimentos nesta terra como reparação pelos pecados.

Pois bem, tais provações nesta terra podem servir para benefício de terceiros, pela Comunhão dos Santos, como foi o caso de Antonietta Meo, menina de seis anos que ofereceu o seu câncer pela conversão dos pecadores: “Se ninguém sofre por elas, então quem vai sofrer?”, indagou ela quando perguntada se estava disposta a padecer o calvário de sua doença. São Vicente de Paulo aceitou sofrer em expiação por um sacerdote atormentado na fê e São Paulo da Cruz passou 45 anos sofrendo em reparação pelos pecados cometidos pelos homens.

Esse purgatório antecipado se refere à “morte antes da morte”, a chamada “morte mística”. Nesse sentido, Sêneca propunha ainda que, para ter uma morte segura e uma vida sem temor, era necessário consumir a própria vida antes da morte (“*pulchra res sit consummare vitam ante mortem*”).²⁵ Ora, aprende-se a nadar, nadando; aprende-se a falar, falando; assim também “há de se aprender a morrer, não só meditando, mas morrendo”, raciocina o Pe. Vieira.²⁶ A meditação dos novíssimos, portanto, só é eficaz quando experimentada na prática. Por isso, é melhor morrer antes de morrer, pois a melhor maneira de morrer bem é “morrer” antes da morte.

Nessa perspectiva, comentou ainda o pregador jesuíta: “Os vivos são pó levantado, os mortos são pó caído; os vivos são pó que anda, os mortos são pó que jaz”.²⁷ Dessa forma, não existe um “pare de sofrer” nesta vida, como alguns hoje propõem; mas sim existe um “pare de sofrer inutilmente”. Antes, quando o sofrimento é oferecido por algo mais alto, é extremamente salutar à santificação e à purgação interior. Na realidade, saber conduzir bem as agruras da vida revela sabedoria, além de ser essencial para levar uma vida bem vivida.

O tempo do mérito – auxiliado pela graça – termina, portanto, com a morte. Como já se mencionou, o estado da alma no momento da separação

25) SENECA. *Epístola a Lucílio*, XXXIII, 3 (Loeb 75, p. 230).

26) VIEIRA, Antônio. *Sermão de quarta-feira de cinza*, em Roma, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, 15/2/1673, II. In: ed. cit., v. 2, t. 2, p. 124.

27) VIEIRA, Antônio. *Sermão de quarta-feira de cinza*, em Roma, na Igreja de S. Antônio dos Portugueses, 1672, IV. In: ed. cit., v. 2, t. 2, p. 104.

entre a alma do corpo é irreversível. Ou seja, “quando uma árvore cai, tanto ao sul como ao norte, no lugar onde cair, aí ficará” (Ecl 11,3). Nesse sentido, podemos tomar a síntese do Fr. Garrigou-Lagrange:

Resumindo: a alma começa a se fixar pelo último ato livre da vida presente, e acaba de se fixar por sua maneira imutável de julgar e de querer livremente, no primeiro instante após a morte. Ela se imobiliza, assim a si mesma na própria escolha. Portanto, não é uma falta de misericórdia da parte de Deus não oferecer a graça da conversão à alma assim obstinada.²⁸

Os luteranos acreditam, por sua vez, que cada um receberá o “galardão” de acordo com a fé somente (*sola fides*). Já a Igreja Católica crê na necessidade das obras para a justificação, de acordo com o Evangelho joanino: “Quem crê em Mim fará as obras que Eu faço e fará até maiores do que elas” (Jo 14,12). São Tiago confirma essa premissa de forma incisiva: “A fé, se não tiver obras, está morta em seu isolamento” (Tg 2,17). Nesse sentido, comenta ainda Santo Agostinho: “O que é, pois, crer n’Ele? É amar enquanto se crê, é amar muito enquanto se crê, é direcionar-se a Ele enquanto se crê, e ser incorporado entre seus membros”.²⁹ Até os demônios creem (cf. Tg 2,19); contudo, eles são incapazes de boas obras.

Por isso, Jesus insiste na necessidade de vigiar, pois não sabemos quando será o momento (Mc 13,33). Nessa conjuntura, completa o Apóstolo: “Por conseguinte, enquanto temos tempo, pratiquemos o bem para com todos, mas sobretudo para com os irmãos na fé” (Gl 6,10). A Carta aos Hebreus ainda comenta que os homens morrem só uma vez (Hb 9,27). Se formos derrotados numa guerra, podemos até vencer em outra; se erramos o caminho uma vez, podemos recomeçar por outra via; se pecamos, podemos ainda nos arrepender; enfim, tudo é reparável nessa vida. Só uma coisa não se repara: a morte, pois só temos dela uma única chance. Por isso, há de se morrer antes da morte, ou seja, “morrendo”.

Essa é a pureza de amor que se exige de nós já em nossa peregrinação terrena. Mas, como chegar a este estágio de purificação? Garrigou-Lagrange cita Mons. Saudreau: “Não é fazendo esforços de cabeça, nem *fortalecendo sua vontade*, que se consegue dar mais força ao seu amor, mas fazendo

28) GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade*. A vida eterna e a profundidade da alma. Op. cit., p. 83.

29) AUGUSTINUS HIPPONENSIS [Santo Agostinho]. *In Iohannis Evangelium*, tract. XXIX, 6 (CCL 36, 287, l. 39-42): “Quid est ergo credere in eum? Credendo amare, credendo diligere, credendo in eum ire, et eius membris incorporari”.

generosamente muitos sacrifícios, *aceitando de bom grado as provações*”.³⁰ Conforme reza o adágio: *Per aspera ad astra* – através das adversidades se chega às estrelas.

Crê-se, ademais, que o homem, ao morrer, terá uma visão global de seus pecados. O juízo particular, como se sabe, se dá no mesmo instante da separação da alma com o corpo. A partir de então, não há mais possibilidade de mérito ou demérito, conforme já se frisou. É nessa perspectiva que afirma Garrigou-Lagrange: “Bem-aventuradas as almas que fizeram uma grande parte de seu purgatório sobre a terra, pela aceitação generosa das contrariedades”.³¹

Está claro que quando falamos de purgação, falamos de sofrimento. Nesse sentido, recorde-se a expressão tão popular: “Ele está pagando seus pecados” ou “Ele está comendo o pão que o diabo amassou” (expressão que se origina, aliás, do livro do Gênesis 3,19: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”). É no sofrimento e, mais especificadamente pela penitência, que a alma é purificada, ou seja, purgada. Foi o que aconteceu com Nabucodonosor: somente quando foi afastado do convívio dos homens e viveu entre os animais que então pôde reconhecer “que o Altíssimo domina sobre o reino dos homens” (Dn 4,22; 4,29), e voltar seus olhos para o Céu. E então bendisse a Deus (cf. Dn 4,31). O sofrer é útil como, de modo análogo, uma poda é proveitosa para o crescimento da árvore ou o cinzel para esculpir a pedra bruta e formar uma bela escultura. O sofrimento sem dúvida purifica, como o ouro ou a prata são purificados pelo fogo (cf. Zc 13,8-9).

Um dos aforismas mais célebres de Dostoiévski refere-se assim a essas penas: “Temo somente uma coisa: não ser digno do meu tormento”.³² Ou melhor: não sofrer com dignidade. Nessa mesma linha, comenta São João Crisóstomo que “O sinal mais certo para conhecer que há virtude em uma alma, é observar como ela se porta com mansidão ao receber as afrontas”.³³ Poder-se-ia acrescentar: sobretudo as afrontas *injustas*, pois se revela ainda mais a despreensão. De modo semelhante, pode-se dizer: *Amicus certus in re incerta cernitur* (o amigo certo se discerne em situações incertas).

30) SAUDREAU, Auguste. *L'Idéal de l'âme fervente*, cap. 3, 1920, p. 49-52, apud GARRIGOU-LAGRANGE, Réginald. *O homem e a eternidade*. A vida eterna e a profundidade da alma. Op. cit., p. 91.

31) *Ibid.*, p. 91.

32) Apud FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido*. 25ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 90.

33) *In Gen. hom.* 34, apud AFONSO MARIA DE LIGÓRIO, Santo. *A verdadeira esposa de Jesus Cristo*, cap. XI, 4, 5.

Nessa perspectiva, é possível afirmar que não há como evitar o Purgatório, seja ele antecipado nesta terra (em sentido lato), seja ele efetivamente após a morte. Porque, se “o justo peca sete vezes por dia” (Pv 24, 16) e “não há homem que não peque” (Ecl 7, 21), todos necessitam a *purgação* da pena temporal. Ora, esse é o sentido de purgatório: a purificação do pecado e das consequências dele (*reliquiae peccati*).

6. Penitência

Quem fala de sofrimento voluntário, fala de penitência. Esclarece São Gregório Magno que a penitência nada mais é do que “chorar pelos males cometidos e, lamentando-se, não os cometer mais”.³⁴ O “faizei penitência” (Mt 3,2) de São João Batista significava – elucida Santo Agostinho – o lamento pelos pecados passados, deixando de cometer novos pecados.³⁵ Portanto, como já se enunciou, não basta o arrependimento das más obras, mas também a ação consequente de mudança de mentalidade (*metanoia*), conforme o original grego do Evangelho de São Mateus: Μετανοείτε.

Para ilustrar a ação penitencial, basta exemplificar o seguinte: se quebro a vidraça do vizinho, ainda que por acidente, não basta simplesmente pedir perdão ou *desculpa* (que já é parte da purgação da *culpa*); é necessário também *reparar*, por dever de justiça, os prejuízos causados, sejam eles morais (como a honra) ou físicos (inclusive monetários), para assim reestabelecer a ordem objetiva de justiça infligida pelo pecado (valor retributivo). Mas esse ato também pode ter um valor pedagógico, para estimular de modo coercitivo (pela privação da liberdade, por exemplo) a não infligir mais a lei.³⁶

Outro exemplo seria o de um governante corrupto que subtraiu bens da administração do Estado: ninguém duvida que ele tem o dever de ressarcir os cofres públicos. Nessa esteira – explica o Bispo de Hipona –, após o pecado, é necessário reconhecê-lo (dimensão do conhecimento), arrepender-se dele (dimensão da vontade), para então corrigi-lo com uma ação consequente.³⁷

34) GREGORIUS MAGNUS [São Gregório Magno]. *Homilia in Evangelia*, XXXIV, 15 (PL 76, 1256B): “Poenitentiam quippe agere est et perpetrata mala plangere, et plangenda non perpetrare”.

35) Cf. AUGUSTINUS HIPONENSIS [Santo Agostinho]. *Enarrationes in Psalmos*, 4, 6 (PL 36, 80): “Agite poenitentiam; id est, irascimini vobis ipsis de praeteritis peccatis; et ulterius peccare desinite”.

36) Sobre isso, cf. e.g. KORITANSKY, Peter Karl. *Thomas Aquinas and the Philosophy of Punishment*. 1 ed. Washington: Catholic University of America Press, 2011.

37) Cf. FITZGERALD, Allan. Penance. In: idem (ed.). *Augustine through the Ages: An Encyclopedia*. Grand Rapids, Mich: W.B. Eerdmans, 1999, p. 640.

De fato, o arrependimento da vida precedente é condição para o começo de uma vida nova.³⁸ Só se reveste do homem novo quem abandona o homem velho (Ef 4,22-24).

Como auxílio no enfrentamento das lides quotidianas, o Cristianismo propagou com largueza a virtude da penitência. Trata-se de uma abordagem original, pois vários autores clássicos como Aristóteles, Cícero, Macróbio e Sêneca, reconhecidos filósofos que trataram das virtudes, omitem o ensinamento sobre a penitência enquanto virtude.

Explica o Aquinate, que a penitência consiste na inflição de uma pena moderada, com vistas a reparar algum dano causado, principalmente pelo pecado.³⁹ Trata-se de uma virtude moral que se encontra no âmbito da virtude da justiça, como uma espécie de “vingança” para punir o mal cometido.⁴⁰ Contém, outrossim, elementos da virtude da prudência, enquanto dirige os atos morais; da temperança, enquanto se abstém das coisas deleitáveis; da fortaleza, enquanto esteia as coisas duras (difíceis).⁴¹ Entretanto, a virtude da penitência nasce propriamente da fé, da esperança e da caridade.⁴² Por

38) Cf. AUGUSTINUS HIPPONENSIS [Santo Agostinho]. *De utilitate poenitentiae*, apud TOMÁS DE AQUINO. *Catena Aurea*, in Mt 3,1-3.

39) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, III, q. 85, a. 1, co.: “Respondeo dicendum quod, sicut ex dictis patet, poenitere est de aliquo a se prius facto dolere. Dictum est autem supra quod dolor vel tristitia dupliciter dicitur. Uno modo, secundum quod est passio quaedam appetitus sensitivi. Et quantum ad hoc, poenitentia non est virtus, sed passio alio modo, secundum quod consistit in voluntate. Et hoc modo est cum quadam electione. Quae quidem si sit recta, necesse est quod sit actus virtutis, dicitur enim in II *Ethic.* quod virtus est habitus electivus secundum rationem rectam. Pertinet autem ad rationem rectam quod aliquis doleat de quo dolendum est. Quod quidem observatur in poenitentia de qua nunc loquimur, nam poenitens assumit moderatum dolorem de peccatis praeteritis, cum intentione removendi ea. Unde manifestum est quod poenitentia de qua nunc loquimur, vel est virtus, vel actus virtutis”.

40) Cf. *ibid.*, III, q. 85, a. 3, s.c.: “Sed contra est quod Augustinus dicit, in libro de poenitentia, poenitentia est quaedam dolentis vindicta, semper puniens in se quod dolet se commisisse. Sed facere vindictam pertinet ad iustitiam, unde Tullius, in sua rhetorica, ponit vindicativam unam speciem iustitiae. Ergo videtur quod poenitentia sit species iustitiae”.

41) Cf. *ibid.*, III, q. 85, a. 3, ad 4: “Ad quartum dicendum quod poenitentia, licet directe sit species iustitiae, comprehendit tamen quodammodo ea quae pertinent ad omnes virtutes. In quantum enim est iustitia quaedam hominis ad Deum, oportet quod participet ea quae sunt virtutum theologiarum, quae habent Deum pro obiecto. Unde poenitentia est cum fide passionis Christi, per quam iustificamur a peccatis; et cum spe veniae; et cum odio vitiorum, quod pertinet ad caritatem in quantum vero est virtus moralis, participat aliquid prudentiae, quae est directiva omnium virtutum moralium. Sed ex ipsa ratione iustitiae non solum habet id quod iustitiae est, sed etiam ea quae sunt temperantiae et fortitudinis, in quantum scilicet ea quae delectationem causant ad temperantiam pertinentem, vel terrorem incutiunt, quem fortitudo moderatur, in commutationem iustitiae veniunt. Et secundum hoc ad iustitiam pertinet et abstinere a delectabilibus, quod pertinet ad temperantiam; et sustinere dura, quod pertinet ad fortitudinem”.

42) Cf. *ibid.*, III, q. 85, a. 6, s. c.: “Sed contra est quod poenitentia procedit ex fide, spe et caritate”.

esta razão, podemos afirmar que a virtude da penitência sintetiza de alguma forma todas as virtudes, embora não seja ela mesma a causa delas.⁴³

Ante uma queda, a premência de reparação brota instintivamente da razão natural humana. Com efeito, após o sincero reconhecimento do pecado, o homem tende ao desejo de repará-lo. Por outro lado, a escolha do tipo de penitência depende de ensinamento (sobretudo de ordem sobrenatural).⁴⁴ Em verdade, um dos efeitos do pecado é a dor na consciência, pois compete à reta razão a dor pelo mal de culpa e a intenção de removê-lo.⁴⁵ Quem tem *culpa* quer *desculpa* para retomar a ordem perdida pelo pecado, que nada mais é do que a aversão a Deus. Ora, a culpa sendo voluntária consiste também numa aversão voluntária a Deus, que pode chegar até ao maior dos pecados, ou seja, o próprio ódio à sua divindade.⁴⁶

Já intuímos que a culpa leva a um desejo natural de reparação, mesmo desconhecendo o modo mais adequado de realizá-la (de modo geral, por uma pena). A pena é uma consequência da culpa, pois ninguém pode ser punido sem culpa. Por outro lado, precisamente para evitar esta pena, o culpado pode lançar mão de diversos recursos, como abafar a consciência para fingir a sua inculpabilidade, esconder provas para não ser descoberto ou mesmo “racionalizar” a própria culpa. Pode ainda relativizar ou simplesmente negar a existência do fato incriminado e a sua culpabilidade, chegando até ao cúmulo de afirmar que o pecado já não mais é pecado. Isso ocorre porque, a rigor, ninguém faz o mal pelo mal, pois em toda ação sempre se busca ao menos certas aparências de bem:⁴⁷ “Tudo aquilo que o homem deseja, deseja-o sob a razão de bem”.⁴⁸ O próprio “pecado consiste no apetite de um bem perecível

43) Cf. *ibid.*, III, q. 89, a. 1, ad 1: “Ad primum ergo dicendum quod eodem modo poenitentia restituit virtutes per quem modum est causa gratiae, ut iam dictum est. Est autem causa gratiae in quantum est sacramentum, nam in quantum est virtus, est magis gratiae effectus. Et ideo non oportet quod poenitentia, secundum quod est virtus, sit causa omnium aliarum virtutum, sed quod habitus poenitentiae simul cum habitibus aliarum virtutum per sacramentum causetur”.

44) Cf. *ibid.*, III, q. 84, a. 7, co.: “Sic igitur materia praexistit a natura, ex naturali enim ratione homo movetur ad poenitentiam de malis quae fecit, sed quod hoc vel illo modo homo poenitentiam agat, est ex institutione divina”.

45) Cf. PETRUS DE COMITIBUS. *Tractatus de poenitentia*. Patavii: Typis Petri Mariae Frambotti, 1686, p. 34-35: “Spectat enim ad rectam rationem dolor de malo culpae, cum intentione illud removendi”.

46) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, II-II, q. 34, a. 2, co.

47) É nesse sentido que Plínio Corrêa de Oliveira revela a necessidade de reavivar hoje a noção do bem e do mal. Cf. CORRÊA DE OLIVEIRA, Plínio. *Revolução e Contra-Revolução*. 6ª. ed. São Paulo: Retornarei, 2008, parte II, cap. X, 1, p. 132.

48) TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I-II, q. 1, a. 6, co.: “Omnia quae homo appetit, appetat propter ultimum finem”.

que se deseja de maneira desordenada”.⁴⁹ Dessa forma, os criminosos preferem cometer crimes – na medida das possibilidades de sua aplicação – de modo oculto.

Essa angústia diante da culpa, após a realização de um crime, é retratada de modo magistral por Dostoiévski na obra *Crime e castigo*. Nela, o protagonista Raskólnikov assassina a sua agiota, para subtrair-lhe bens de certo valor. Após o crime, ele elucubra diversos monólogos interiores, embatendo-se contra a própria razão sobre o motivo de delinquir. Em meio a devaneios, supõe ter enlouquecido num primeiro momento, depois procura esconder as provas, regozija-se por ninguém as ter ainda descoberto... Em seguida, fica transtornado ao ver que outros podem ter sido condenados em seu lugar e enfim anseia por acabar com aquele tormento, misturado a momentos de euforia. Um verdadeiro labirinto psicológico! Sem mais o que fazer, o remorso o toma por inteiro numa história repleta de melindres. Até que, por fim, ele confessa o crime como forma de se livrar daquela batalha interior.⁵⁰ No fundo, o assassino sentia a necessidade de reparação, para restabelecer a ordem interior rompida.

Mas o que reparar? A reparação não se estende somente à própria consciência, mas também à pessoa ofendida, à ordem do universo (pois a ele se está relacionado à maneira de um organismo) e ao próprio Deus, que é o ofendido em qualquer pecado. A reparação também deve ser proporcional: quanto maior o dolo, maior deve ser a penitência. Não é por menos que existem *penitenciárias*, lugar da maior pena de reparação possível na maioria dos Estados atuais, e uma gradualidade de penas. Contudo, devido à ineficiência do regime carcerário, nem sempre tal sanção possui os desejados efeitos reparatórios no detento. Antes, com frequência, as penitenciárias em muitos locais têm se tornado, infelizmente, verdadeiras escolas do crime.

Como já foi mencionado e exemplificado, a emenda de uma ofensa não ocorre simplesmente pela cessação dela, mas também pela consequente reparação, a saber, através de uma satisfação.⁵¹ Por isso, em reparação dos

49) Ibid., I-II, q. 72, a. 2, co. “Omne autem peccatum consistit in appetitu alicuius commutabilis boni quod inordinate appetitur”.

50) Cf. DOSTOIÉVSKI, Fiódor. *Crime e castigo*. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Todavia, 2019.

51) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, III, q. 85, a. 3, co.: “Respondeo dicendum quod, sicut supra dictum est, poenitentia non habet quod sit virtus specialis ex hoc solo quod dolet de malo perpetrato, ad hoc enim sufficeret caritas, sed ex eo quod poenitens dolet de peccato commisso in quantum est offensa Dei, cum emendationis proposito. Emendatio autem offensae contra aliquem commissae fit non per solam cessationem offensae, sed exigit ulterius quaedam recompensatio, quae habet locum in offensis

pecados cometidos. E a virtude da penitência tem, como ato mais próprio, a emenda do que é cometido contra Deus.⁵² É uma espécie de remédio da alma. Nesse sentido, afirmava ainda o Padre Vieira: “O remédio único contra a morte é acabar a vida antes de morrer”.⁵³ Essa ação nada mais é do que a penitência.

Os homens nascem uma só vez e morrem duas (*semel nasci, et bis mori*).⁵⁴ O livro do Apocalipse (14,13) assim o confirma: “Felizes os mortos que morrem no Senhor”. A esse respeito, o Padre Vieira indaga: “Mortos que morrem? Que mortos são estes? São aqueles mortos que acabam a vida antes de morrer. Os que acabam a vida com a morte são vivos que morrem, porque os tomou a morte vivos; os que acabam a vida antes de morrer são mortos que morrem, porque os achou a morte já mortos”.⁵⁵

Retornando ao Doutor Angélico, convém ressaltar ainda:

A remissão da culpa pode ser concedida por Deus sem o sacramento da penitência, não, porém, sem a penitência enquanto virtude. Por isto, antes dos sacramentos da Nova Lei, Deus perdoava os pecados aos penitentes. Portanto, a remissão da culpa é efeito da penitência enquanto virtude.⁵⁶

O sacramento da penitência é o meio ordinário para a remissão da culpa, mas sem a virtude a ele própria (também chamada de penitência), não possui o efeito para o qual é destinado. Nesse sentido, instigava São Leonardo de Porto Maurício (1676-1751): “Ou penitência, ou inferno; ou penitência, ou um nunca que começa sempre; ou penitência, ou um sempre que jamais

in alterum commissis sicut et retributio, nisi quod recompensatio est ex parte eius qui offendit, ut puta cum satisfactione; retributio autem est ex parte eius in quem fuit offensa commissa”.

52) Cf. *ibid.*, III, q. 85, a. 4, co.: “Unde manifestum est quod poenitentia, secundum quod est virtus, est in voluntate sicut in subiecto. Et proprius eius actus est propositum emendandi Deo quod contra eum commissum est”.

53) VIEIRA, Antônio. *Sermão de quarta-feira de cinza*, em Roma, na Igreja de Santo Antônio dos Portugueses, 15/2/1673, II. In: ed. cit., v. 2, t. 2, p. 119.

54) *Ibid.* In: ed. cit., v. 2, t. 2, p. 123.

55) *Ibid.* In: ed. cit., v. 2, t. 2, p. 120.

56) TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, III, q. 86, a. 6, co.: “Sed remissio culpae potest esse a Deo sine poenitentiae sacramento, non autem sine poenitentia secundum quod est virtus, ut supra dictum est. Unde et ante sacramenta novae legis poenitentibus Deus peccata remittebat. Ergo remissio culpae effectus poenitentiae secundum quod est virtus”. O sacramento da penitência se baseia em Jo 20,22-23: “Aqueles a quem perdoardes os pecados, ser-lhe-ão perdoados, e aqueles a quem retiverdes serão retidos”.

termina; ou penitência ou fogo; *aut paenitendum, aut ardentum*".⁵⁷ Donde dizer o Evangelho: "Se não vos arrependerdes, perecereis todos de modo semelhante" (Lc 13,5). A penitência é, desta forma, *necessária* para reparar o pecado. Por isso, devemos sentir *pena* por um pecador, através da compaixão, e mais ainda por aqueles que não querem expiar as suas próprias penas.

São Tomás comenta ainda que a razão da pena é que ela seja contrária à vontade e que faça sofrer. Ora, como entender que temos uma espécie de desejo natural pela pena? Na realidade, o homem não deseja naturalmente a pena em si, mas sim a remissão do pecado, o qual passa necessariamente por uma penitência. De modo análogo, ninguém deseja naturalmente o amargor de um xarope para curar uma tosse, mas deseja passar indiretamente por este dissabor para então recobrar a saúde almejada em si mesma. E isso se dá também em relação ao próximo: é desejável que aquele que recebe o castigo perceba que este provém da injustiça que cometeu.⁵⁸

A escola dos santos ainda nos ensina a importância da penitência como expiação da culpa. A pena leva de alguma forma ao sofrimento. Já representa talvez o seu ápice ao manifestar as agruras da tentação e as maiores provações, permanecendo sempre firme e confiante na Providência. Na Igreja primitiva, anacoretas superavam o instinto de sociabilidade para viverem sozinhos no deserto, em meio a atrozes penitências. São Bento e São Francisco de Assis costumavam se lançar em espinheiros e São Bernardo, em águas gélidas para fugir de tentações contra a virtude angélica da pureza.

São Romualdo fundou a ordem dos camaldulenses, que prescrevia o jejum com pão e água durante a Quaresma, exceto aos domingos. Durante o ano, isso se dava ao menos três vezes por semana.⁵⁹ O despojamento material de São Francisco e seus seguidores levava a se vestirem de tecido despojado, por vezes descalços e abandonando qualquer tipo de comodidade durante as viagens. São Domingos realizava longas vigílias noturnas e dormia sobre uma prancha.⁶⁰

A Congregação dos Mínimos, fundada por São Francisco de Paula, estabeleceu um quarto voto religioso, chamado "quadragesimal", uma espécie de Quaresma Perpétua, abstendo-se de carne, ovos, leite e derivados.

57) LEONARDO DE PORTO MAURÍCIO. *Prediche quaresimali del B. Leonardo di Porto Maurizio*. Assisi: Ottavio Scariglia, 1806, v. 2, p. 252.

58) Cf. TOMÁS DE AQUINO. *Summa Theologiae*, I-II, q. 46, a. 6, ad 2.

59) Cf. DURAND, Lucien-Didier. *Manuel historique des ordres religieux*. Paris: Gauguier, 1859, p. 75.

60) Cf. *ibid.*, p. 256.

São Paulo da Cruz, após suas pregações, infligia em si mesmo golpes de látigos. Santa Teresa do Menino Jesus se penitenciava não fitando o sangue da hemoptise, pois lhe traria a alegria de estar se aproximando o anelado encontro com Deus. Um leigo, São Tomás More, chanceler da Inglaterra, utilizava-se do cilício e do flagelo como forma de sacrifício pelos pecados.

Nisso tudo existia uma razão mais sublime, ou seja, tornar-se autêntico discípulo de Cristo: “Se alguém quer seguir-me, renuncie-se a si mesmo, tome a sua cruz e me siga” (Mt 16,14). Na realidade, a melhor maneira de evitar o “sofrimento” de Deus, é sofrer voluntariamente por ele, oferecendo os próprios sacrifícios. Com razão, nos ensina ainda Santa Teresinha do Menino Jesus: “Sofrer é exatamente o que me agrada na vida. [...] Estou contente por sofrer, já que Nosso Senhor o quer”.⁶¹ Dessa forma, se cumprem as palavras do Apóstolo: “Agora eu me regozijo nos meus sofrimentos por vós, e completo, na minha carne, o que falta das tribulações de Cristo pelo seu Corpo, que é a Igreja” (Cl 1,24). Mas poder-se-ia retrucar: Jesus já não derramou todo o seu sangue? Para que serviriam os nossos sofrimentos? O Salvador, de fato, nos redimiu do pecado de Adão, mas ainda permanece em nós a inclinação para o pecado. Ele quer se unir mais perfeitamente a nós por nossas ações, mas também pelas provações.

Pelo que foi enunciado, fica claro que o sofrimento é entendido aqui como um corretivo para as falhas humanas, sobretudo pela paciência nas adversidades, verdadeira mestra de perfeição, ou seja, de santidade. Distinga-se que existem os sofrimentos permitidos por Deus, mas também aqueles que nos permitimos a nós mesmos voluntariamente. São as chamadas mortificações (palavra que etimologicamente significa “fazer a morte”), conforme o pensamento paulino: “Os que são de Cristo Jesus crucificaram a carne com suas paixões e seus desejos” (Gl 5,24).

Vale ainda recordar que Santo Antônio de Pádua enumera dez tipos de mortificação, com os quais podemos obter misericórdia no tempo oportuno: 1. Renúncia à própria vontade; 2. Abstinência de bebida e comida; 3. Rigor do silêncio; 4. Vigílias de oração durante a noite; 5. Derramamento de lágrimas; 6. Dedicção de tempo à leitura; 7. Trabalho físico exigente; 8. Compaixão pela necessidade alheia; 9. Vestir-se modestamente; 10. Desprezar a própria vaidade.⁶² Não basta, pois, sofrer, mas *saber sofrer*. Nesse sentido, Jesus nos

61) Cf. GAUCHER, Guy. *A paixão de Teresa de Lisieux*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1990, p. 167.

62) ANTÔNIO DE PÁDUA, Santo. *Sermo in dominica Pentecostes* (I), II, 7. In: COSTA, Beniamino et al (ed.). *S. Antonii Patavini Sermones dominicales et festivi ad fidem codicum recogniti*. Patavii: Centro Studi

interpela: “Qualquer de vós, que não renunciar a tudo o que possui, não pode ser meu discípulo” (Lc 14,33). A mortificação é um modo de “morrermos” para nós mesmos com vistas a alcançar aquele que é a Vida por essência (cf. Jo 14,6). É essencial para receber o galardão da glória: “Sofremos com ele [Cristo] para também com ele sermos glorificados” (Rm 8,17).

Pois bem, é através da penitência, enquanto sacramento e enquanto ação penitencial, que obtemos a reparação por nossos pecados. A *impenitência* se dá propriamente porque o pecador não reconheceu seu pecado ou porque desacredita da sua reparação. Ora, se no juízo existem pecados veniais não reparados ou penas temporais não expiadas, Deus concede por misericórdia o Purgatório, a fim de que as almas justas possam se encontrar com Ele sem qualquer tipo de mancha. Essa é, como já se mencionou, a razão e a necessidade do Purgatório, pois tudo o que é oferecido a Deus deve ser perfeito, à maneira de uma pura oblação. O Purgatório nada mais é do que uma penitenciária das almas.

Conclusão

O início deste artigo nos convidou a recordar a importância de meditar nos novíssimos: morte, juízo, inferno e Paraíso. A consideração deles nos conduz justamente a nos preparar para este termo da vida, entre outras coisas, já sofrendo o purgatório terreno. Como consequência direta, essa meditação traz consigo a reflexão sobre a finalidade do homem, por meio da qual, adequará a sua vida.

O homem é animal racional e é através da racionalidade que ele cumprirá com o seu fim. Antes, ele se destina naturalmente à sua finalidade pelo desejo natural de Deus. Será quando alcançar essa meta última, isto é, o próprio Deus, que poderemos dizer que o homem terá alcançado a felicidade. Se a caridade já é de alguma forma o Céu começado e a vida corrupta é o inferno já iniciado, a penitência já é um purgatório antecipado. Se o Céu começado é impedido pelo pecado, a impenitência impede a sua reparação.

Antoniani, 1979, p. 374: “Et nota quod, sicut in manibus decem sunt digiti, sic decem sunt genera disciplinae, scilicet mortificatio propriae voluntatis, abstinentia potus et cibi, censura silentii, vigiliarum in oratione pernoctatio, lacrimarum effusio, lectionis discreta occupatio, corporalis exercitatio, in alterius necessitate compassio, vilitas habitus, sui despectus. Istit decem digitis debemus apprehendere disciplinam, et sicut immites, feroces et immisericordes nos ferire, ut in die flagelli, ossa comminuentis, misericordiam mereamur invenire”.

O nosso destino eterno depende de nossas ações nesta terra. Contudo, será no estado em que nos encontramos na hora de nossa morte que seremos julgados. Daí a grande ênfase da doutrina católica em preparar os homens para o dia da morte e o conseqüente encontro com Deus. Nisso os hábitos jogam um papel preponderante, pois, no fundo, o homem justo, digno de entrar no Reino dos Céus, é o virtuoso, ou seja, aquele que pratica as virtudes habitualmente. Em contraste, para o inferno se destinam os atrelados ao mal. Assim mesmo, as conversões *in extremis* são sempre possíveis, bem como, infelizmente, o próprio desespero no momento da agonia.

Partindo disso, advogou-se a necessidade da “morte antes da morte”, ou seja, este estado de purgação que não só expia o pecado mas também nos dá fortaleza para os embates cotidianos e de modo especial para os últimos momentos de nossa vida. Portanto, a meditação sobre os novíssimos só encontrará a sua eficácia se for traduzida na prática. O sofrimento bem aceito e oferecido em reparação não só pelos próprios pecados mas também pelos alheios, possui grande papel expiatório. Benditas as almas que antecipam o Purgatório já nessa terra.

Como se advertiu, toda *culpa* exige uma *desculpa*, bem como todo pecado requer uma reparação. Por isso, a doutrina católica pregou a necessidade da penitência, que nada mais é do que a inflição de uma pena, com vistas à expiação do pecado e reparação dos danos por ele causados em todas as esferas. Mais ainda, ela propôs que temos um desejo natural indireto de reparação. Ou seja, mesmo que o homem naturalmente se esquive do sofrimento, aceita-o e o quer indiretamente, desde que traga um bem (no caso, o alívio da consciência, a reparação concreta dos danos, e sobretudo porque permite evitar o bátrato eterno). A história da Igreja está repleta de exemplos de santos que fizeram de sua vida uma morte, ao transformar a sua existência numa constante fonte de mortificações.

O tema da “morte antes da morte” já foi objeto de estudo por parte de filósofos antigos. Contudo, foi somente com o advento do Cristianismo, o amadurecimento da doutrina católica e a convergência com a doutrina sobre o Purgatório e a virtude da penitência, que o assunto se configurou de modo mais estruturado. Por isso, podemos concluir que a legítima reparação só encontra eco na alma quando segue de alguma forma o raciocínio aqui proposto. Em suma, não basta morrer, é necessário já “ter morrido” antes da morte.